

Uma farsa completa

Para que o Governo tenha um mínimo de tranqüilidade para manter estável seu projeto administrativo até o final do mandato do presidente Sarney, será necessário que a Constituinte diga sim cerca de 2.800 vezes. Isso porque cada um dos 10 pontos que o Governo deseja suprimir no projeto de Constituição, através de emendas supressivas do interesse do Palácio do Planalto, exigirá uma maioria de 280 votos. É uma tarefa quase impossível, mesmo porque os constituintes não estão tão coesos nesse segundo turno, como no primeiro, para aprovar durante 10 votações seguidas a supressão de emendas que passarão pela vigilância do bloco governista.

Já não haverá, da mesma forma, tanta convicção das lideranças políticas mais ligadas ao governo de que o presidente Sarney irá atender às suas reivindicações administrativas. O Presidente da República, nesse particular, trata de corresponder apenas com gestos de amabilidade aos que lhe foram leais no primeiro turno de votação, como os parlamentares que convidou para integrarem suas comitivas nas duas últimas viagens ao exterior todos eles do Centrão. O Presidente limita-se, portanto, a gestos amáveis de reconhecimento, uma vez que não existem recursos do Estado, trancados nas gavetas dos ministros das áreas econômicas, para liberação a Estados e Municípios através dos parlamentares.

Sequer o presidente Sarney tem liberdade para modificar o Ministério e nele alojar os representantes do Centrão. O Governo,

na verdade, dispõe de 19 ministros de procedência política, 14 do PMDB e 5 do PFL. Só não são considerados ministros políticos, entre os civis, o da Fazenda e do Planejamento. Todos os demais são filiados a um dos dois partidos que sustentam o Governo, o que cria um princípio de solidariedade entre eles e suas legendas. Mexer em qualquer um desses ministérios significará a criação de uma animosidade contra um dos dois partidos e favorecerá nova cisão interna em legendas que já se encontram profundamente rachadas.

Político só gosta de estar presente na hora de adicionar. Na hora de suprimir, jamais.

A conexão da eleição municipal com a presidencial também fez aparecer um outro fenômeno atípico. É como se a transição fosse acabar exatamente após quatro anos de mandato do presidente Sarney, e não nos cinco. Ninguém acredita na viabilidade operacional de um ano derradeiro de um período de transição. Todos parecem resolver querer já a questão institucional mais grave, que é o resgate da governabilidade.

Encena-se, portanto, uma farsa completa. Não haverá número para quase nada mais. Todos querem na verdade ir realizar uma campanha eleitoral em paz, bem longe da conclamação do Dr. Ulysses chamando para votar: "Os códigos, os códigos". A hora agora é do desespero dos que se julgaram prejudicados pelo primeiro turno. Mais desespero não é matéria-prima dos políticos.